narrativa, paradigmática para o assunto da liberdade e da graça, da anunciação a Maria, contrastando-a com a narrativa paralela da anunciação a Zacarias. Objeto da sua reflexão é aí a essência do livre arbítrio, em confronto com a da liberdade, segundo a distinção de Agostinho que em Tomás também tem o seu lugar, embora sem total coincidência. Se a noção tomasiana de livre arbítrio se tornou clássica na tradição posterior da teologia ocidental, ela deixa uma aporia por resolver: o homem deseja necessariamente o Bem, mas permanece livre na escolha dos meios para o alcançar. Como conciliar esta liberdade com esta necessidade?

A reflexão retoma então o paradigma da Anunciação a Maria, de onde decorre que o poder de dizer *não* à proposta de Deus, «não pertence à liberdade». Ele releva, antes, da condição adâmica do homem sob o domínio do pecado. Então, verdadeiramente livre só pode ser o homem na condição da graça que lhe foi adquirida por Cristo. A verdadeira liberdade deve então ser entendida como o «poder de manter a retidão [*droiture*] de vontade por ela mesma [retidão]». Duas economias da graça devem então ser tidas em conta: a da graça e da liberdade de Adão e a nossa. A reflexão continua com uma longa digressão sobre santidade cristã e sabedoria pagã, ocupando todo o capítulo quinto. O capítulo seguinte procura estabelecer a justa relação entre a graça e o livre arbítrio. Corbin mostra abundantemente que não há lugar para uma relação disjuntiva, como fizera Pelágio. Pelo contrário, a relação deverá ser conjuntiva, por mais que a ação de Deus (ou a graça) sobre as nossas vontades permaneça sempre um grande mistério. Onde está então a essência da verdadeira liberdade? «A nossa liberdade reside apenas em consentir naquela obra que nos ultrapassa e nos constitui, em deixar advir o que de "melhor" Deus previu para nós (He 11, 40), em nos alegrarmos com ele ser "maior que o nosso coração" (1 Jo 3, 20), para além de todos os dons que nos falam do seu amor e nos voltam para Ele.» (p. 281). Os dois últimos capítulos enfrentam dois temas de grande perplexidade para os crentes: esperança e predestinação, e a restauração universal. Numa leitura em diagonal, como a que estamos aqui a fazer e em termos necessariamente abreviados, não é possível traduzir com todo o rigor o pensamento do teólogo Michel Corbin. O que se nos oferece dizer é que a sua inclinação – na base de múltiplas razões e citando inclusivamente *Lumen Gentium*, II, 16 e *Gaudium et Spes* 22, 5 – parece tender para a aceitação de uma final *apocatástase* ou reconciliação universal, tendo em conta a grandeza do coração de Deus e a superabundante riqueza da graça da Redenção (p. 317). A encerrar a totalidade do seu discurso, cita ainda no mesmo sentido S. Paulo aos Romanos: «Ó abismo da riqueza, da sabedoria e da ciência de Deus! » etc. (Cf. Rm 11, 33-36).

Jorge Coutinho

Torrell, Jean-Pierre, **Résurrection de Jésus et résurrection des morts. Foi, histoire et théologie**, coll. « Épiphanie », Les Éditions du Cerf (www.editionsducerf.fr), Paris, 2012, 256 p., 215 x 145, ISBN 978-2-204-09815-1.

Sobre dois temas centrais e fundamentais – e particularmente difíceis – da teologia cristã, quais são os da ressurreição de Cristo e da ressurreição dos mortos, o prof. Jean-Pierre Torrell, apresenta aqui uma exposição com duas marcas que o recomendam por si mesmas: a maturidade própria de um investigador e professor (da

Faculdade de Teologia da Universidade de Fribourg, na Suíça) já em situação de emérito e a clareza típica de um estudioso e discípulo de Tomás de Aquino, dominicano que é como o seu mestre.

Começa por analisar os principais textos que falam da ressurreição de Jesus: as confissões da fé pascal, os vestígios cultuais e os hinos cristológicos, as fórmulas kerigmáticas dos Atos dos Apóstolos, as narrativas evangélicas e outras cristofanias. Detém-se depois no vocabulário e nas suas sugestões. Em seguida, nas aparições e no que é o corpo «pneumático» do Ressuscitado. Analisa também as principais posições históricas sobre este dogma. Toda uma segunda secção é dedicada ao questionamento daqueles que «se perguntavam o que Ele entendia por "ressuscitar dos mortos"» Mc 9, 10).

Fruto das duas qualidades atrás referidas é a própria seleção dos subtemas, em que é notório um grande sentido prático e pastoral, evitando questões propriamente académicas e centrando a sua atenção naquilo que realmente é importante compreender, quer para professar a fé quer para a propor a quem quer que seja. Não se entenda que evita o tratamento científico das questões abordadas; pelo contrário, embora sem o chamado «aparato científico» (formal e gráfico), tudo é objeto de análise metódica e rigorosa, incluindo do vocabulário grego e hebraico subjacente à ideia da ressurreição e a outras com ela conexas.

Tomemos alguns exemplos de questões concretas que preocupam os teólogos e os crentes com maior exigência na razoabilidade da sua fé. Primeiro, sobre a própria ressurreição de Jesus: porquê Jesus aparecia e desaparecia, não permanecendo entre os discípulos até à Ascensão? que deve entender-se aqui por «aparecer»? Sobre esta questão, é muito claro ao ajudar a entender o «Ele apareceu» como equivalente a «Ele fez-se ver»…

Mas também sobre a ressurreição dos mortos, são vários os exemplos de uma seleção prática e sensata dos temas. Assim, p. ex.: a distinção entre a ressurreição de Jesus e a ressurreição de Lázaro (e outros casos relatados nos evangelhos); que acontece ao corpo de Jesus na sua ressurreição? que há de comum e o que há de diferente entre a ressurreição de Jesus e a nossa? que implicações tem o que professamos sobre a nossa ressurreição com o dogma da Assunção de Maria em corpo e alma? Outra questão concreta de não menor importância: em que momento terá lugar a ressurreição dos mortos?

Sobre esta última, J.-P. Torrell analisa os argumentos dos teólogos que defendem a tese da ressurreição no próprio momento da morte (quer seja entendida como «desde» ou «com» a morte). Neste ponto, além de procurar compreender a dificuldade que advém de uma antropologia dualista à Platão, e de a rebater, não segue todavia com aqueles que advogam a tese referida da ressurreição no momento da morte; antes advoga a antropologia tomista, de base aristotélica, segundo a qual a alma separada mantém a sua ordenação natural para o corpo e aspira a reencontrá-lo (p. 162); em consequência, considera mais razoável a tese da ressurreição depois da morte, no momento de uma Parusia final. Em abono da sua tese reclama vários argumentos, entre os quais o da prática litúrgica e o da autoridade de uma Carta da Congregação para a Doutrina da Fé, de 17 de Maio de 1979, sobre «algumas questões respeitantes à escatologia». A nosso ver (que o é de um filósofo, que não de um teólogo), sem retirar razoabilidade a toda a sua argumentação em favor da sua tese e contra outras divergentes, parece permanecer uma dificuldade de algum peso,

ao menos na linguagem que utiliza. Com efeito, para o que se passa com as almas separadas depois da morte, J.-P. Torrell continua a falar em termos de tempo (cf. *ibid*.). Ora, no mundo transfísico não há qualquer espécie de tempo, que é uma condição própria do mundo físico. Outro tipo de duração? Qual? E que relação com a do tempo a que fica sujeito o corpo esperando a re-união com a alma? Sobre este pormenor, parece-nos haver, de facto, uma lacuna não despicienda.

Outras questões muito concretas, que são frequentes no questionamento de muitos crentes são por J.-P. Torrell muito bem equacionadas e explicadas, p. ex.: diferenças entre ressurreição, reincarnação e metempsicose; incidências da mudança da disciplina da Igreja sobre a cremação ou incineração, razões dessa mudança e reservas prudenciais aconselhadas pela mesma Igreja.

O livro está enriquecido com uma boa bibliografia seletiva sobre a ressurreição e temas conexos.

Jorge Coutinho

Geffré, Claude, **Le christianisme comme religion de l'Évangile**, coll. « Théologies », Les Éditions du Cerf (www.editionsducerf.fr), Paris, 2012, 354 p., 235 x 145, ISBN 978-2-204-09837-3.

No seu «Avant-propos», Claude Geffré confessa ter dado uma volta, no decurso da sua pesquisa e produção teológicas, de uma teologia ontológica, ainda demasiado herdeira de tradição anterior ao Vaticano II e demasiado prisioneira da idade metafísica da razão, ou de uma razão crítica muito segura de si mesma, para uma teologia de *paradigma hermenêutico*, não tanto por lhe parecer mais consentânea com a moda filosófica do tempo atual como, sobretudo, por lhe parecer mais adequada à compreensão do cristianismo como *religião do Evangelho*. Desde os anos 1980, descobriu que o grande desafio para a teologia cristã já não é o do ateísmo ou o do indiferentismo, mas o de um pluralismo religioso «quase inultrapassável» (p. 8). Esta situação do panorama religioso provocou nele a interrogação: estaremos simplesmente perante um pluralismo *de facto*? ou não estaremos, antes, em face de um pluralismo *de princípio*, que corresponde porventura a um misterioso desígnio de Deus no que diz respeito ao destino religioso da humanidade?

Claude Geffré procura então, desde aí, deter-se na consideração das «sementes do Verbo» (da velha inspiração estóica, aproveitada pela patrística) e, nessa linha, vem-se interrogando sobre o significado da pluralidade das formas religiosas no interior de um único desígnio de salvação de Deus. Tornou-se assim, como é sabido, uma das autoridades maiores na teologia do diálogo inter-religioso. A sua pesquisa deixou de olhar o cristianismo como religião do *cumprimento* (perfeição, acabamento; fr. *accomplissement*), que vê nas outras religiões valores implicitamente cristãos cuja plena realização estaria na religião cristã, a qual teria, em relação às demais, a preocupação fundamental da «salvação dos infiéis». Geffré prefere olhar para esta como *religião do Evangelho*. Gostaria mesmo de escrever um livro novo sobre esta perspetiva, Mas razões de idade e de saúde impedem-no de o fazer. Aceitou então o desafio de alguns amigos que o convenceram a coligir e reeditar, em livro, alguns textos mais significativos já publicados em revistas ou capítulos de livro. É esse o conteúdo deste seu livro, que dividiu em duas partes.